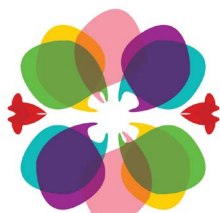


Invisibilidade das Pessoas Trans na Formação Médica e Psicológica Brasileira: uma breve revisão



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 2
jan-jul.2025
p. 80-103

(Invisibility of Trans People in Brazilian Medical and Psychological Education: a brief review)

(Invisibilidad de las Personas Trans en la Educación Médica y Psicológica Brasileña: una breve revisión)

Raquel Silva Barretto¹
Paulo César Souza García²

RESUMO: A medicalização é compreendida como uma patologização de fatores diversos, que fazem parte das vivências humanas e comumente transitam pelas esferas biológicas e subjetivas. Já a medicamentação vem no bojo dessa questão, porque as classificações nosológicas acabam por alimentar uma cadeia de discursos que levam ao processo da farmacologização (dos sentimentos, dos modos de ser, das interações e dos corpos). A sexualidade foi uma das áreas que mais sofreu com esse processo e, por décadas, os sujeitos que vivenciavam a “dissidência” nos seus corpos, foram incorporados aos Manuais de Classificações Médicas, que apontavam as suas características na égide dos desvios ou transtornos, fato este que sofreu mudanças tardias. No caso da homossexualidade, somente em 1990, a Organização Mundial de Saúde reconheceu que era necessário retirá-la do Código Internacional de Doenças (CID), já a transexualidade passou pelo mesmo apenas em 2018. Todavia, nem sempre a prática profissional acompanha as normativas ou Resoluções dos Conselhos e, por vezes, estas últimas sequer passam pelas salas de aula dos cursos de graduação. Com o objetivo de conhecer quais discursos são sustentados e como os cuidados às pessoas transexuais têm sido abordados nos cursos de graduação em Medicina e Psicologia no Brasil, foi realizada uma revisão integrativa nas bases BVS, Oasis e Pubmed, resultando em treze artigos, que foram trabalhados com base na análise temática e explicados com base na “literatura raiz”. Concluiu-se que nos cursos que tiveram grande responsabilidade na patologização desses sujeitos, os mais voltados para os campos biológicos são também os mais difíceis de romper com os discursos conservadores, biologicistas, elitistas e cisnormativos. Os discursos fundam, nomeiam e exercem funções de controle, são os discursos que impedem a chegada de determinadas temáticas nos espaços acadêmicos, mas, por outro lado, espera-se que a potência dos discursos das minorias, que ainda ocorre fora das salas de aula, em breve se materialize em uma construção que rompa com os muros e construa pontes, dadas as demandas crescentes daqueles que necessitam de atenção e assistência integral.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; Transexuais; Medicina; Psicologia; Sociedade.

Abstract: Medicalization is understood as a pathologization of several factors, which are part of human experiences and commonly transit through the biological and subjective spheres. Medication, on the other hand, is part of this issue because nosological classifications end up feeding a chain of discourses that lead to the pharmacologization process (of feelings, ways of being, interactions and bodies). Sexuality was one of the areas that most suffered from this process and, for decades, subjects who experienced “dissidence” in their bodies were incorporated into the Manuals of Medical Classifications, which pointed out their characteristics in terms of deviations or disorders, a fact which has undergone late changes. In the case of homosexuality, it was only in 1990 that the World Health Organization recognized that it was necessary to remove it from the ICD, while transsexuality only went through the same in 2018. However, professional practice does not always follow the regulations or Council Resolutions and, for sometimes, the latter do not even pass through the classrooms of undergraduate courses. With the aim of knowing which discourses are supported and how care for transgender people has been addressed in the curricula and classrooms of undergraduate

1 Psicóloga. Doutora em Saúde Pública. Docente na UFMS, possui interesse em temas que envolvam saúde, gênero e equidade. Email: quelbarretto29@hotmail.com

2 Doutor em Literatura | área de concentração: Teoria literária. Professor Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atua no curso de licenciatura em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Linguística, Literatura e Artes. É pesquisador do GT da ANPOLL Homocultura e Linguagens, do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura e Sexualidade - NuCus da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: pgarcia@uneb.br



courses in Medicine and Psychology in Brazil, an integrative review was carried out in the VHL, Oasis and PubMed databases, resulting in 13 articles, which were worked on based on thematic analysis and explained based on the “root literature”. It was concluded that in the courses that were most responsible for the pathologization of these subjects, the ones most focused on biological fields are also the most difficult to break with conservative, biologicist, elitist and cisnormative discourses. The discourses establish, name and exercise control functions, they are the discourses that prevent the arrival of certain themes in academic spaces, but, on the other hand, it is expected that the power of the discourses of minorities, which still occurs outside the classrooms, soon materializes in a construction that breaks with the walls and builds bridges, given the growing demands of those who need attention and comprehensive assistance.

Keywords: Formation; Transsexuals; Medicine; Psychology; Society.

Resumen: La medicalización es entendida como una patologización de varios factores, que forman parte de las experiencias humanas y comúnmente transitan por las esferas biológicas y subjetiva. La medicación, en cambio, forma parte de esta cuestión porque las clasificaciones nosológicas acaban alimentando una cadena de discursos que conducen al proceso de farmacologización (de los sentimientos, modos de ser, interacciones y cuerpos). La sexualidad fue una de las áreas que más sufrió este proceso y, durante décadas, los sujetos que experimentaban “disidencias” en sus cuerpos fueron incorporados a los Manuales de Clasificaciones Médicas, que señalaban sus características en términos de desviaciones o trastornos, hecho que ha sufrido cambios tardíos. En el caso de la homosexualidad, recién en 1990 la Organización Mundial de la Salud reconoció que era necesario sacarla de la CIE, mientras que la transexualidad recién pasó por lo mismo en 2018. Sin embargo, la práctica profesional no siempre sigue las normas o el Consejo. Resoluciones y, por veces, estas últimas ni siquiera pasan por las aulas de los cursos de pregrado. Con el objetivo de conocer qué discursos se sustentan y cómo se ha abordado la atención a las personas transgénero en los cursos de graduación en Medicina y Psicología en Brasil, se realizó una revisión integradora en las bases de datos BVS, Oasis y Pubmed, resultando en 13 artículos, que fueron trabajado a partir del análisis temático y explicado a partir de la “literatura raíz”. Se concluyó que en los cursos que fueron los más responsables de la patologización de estos temas, los más centrados en los campos biológicos son también los más difíciles de romper con los discursos conservadores, biologicistas, elitistas y cisnormativos. Los discursos establecen, nombran y ejercen funciones de control, son los discursos que impiden la llegada de determinados temas a los espacios académicos, pero, por otro lado, se espera que el poder de los discursos de las minorías, que aún se da fuera de las aulas, pronto se materializará en una construcción que rompe con muros y tiende puentes, ante las crecientes demandas de quienes necesitan atención y asistencia integral.

Palabras clave: Capacitación; transexuales; Medicamento; Psicología; Sociedad.

Introdução

Compreende-se por medicalização a inserção de determinados fenômenos no âmbito de um problema de saúde, ou seja, a patologização de fatores que poderiam ser livremente compreendidos sob outras vertentes e que não necessariamente *alimentassem* uma cadeia de classificações nosológicas dos modos de ser. Como apontado por Carvalho *et al.* (2015), os estudos sobre esse conceito ganharam força a partir de 1970, por meio das correntes marxistas e liberais humanistas, de tal forma que apontavam para a inclusão de um problema não médico ao aparato da Medicina. Os autores relembaram que a Medicina, assim como outras ciências, foi (e continua sendo) uma instituição de controle social, cujos especialistas dificilmente questionados tinham a autorização para distinguir e tratar de tudo aquilo que fugia ao funcionamento moralmente aceito. Pode-se dizer que a medicalização, assim como a medicamentação interditam e criam barreiras à produção de subjetividade dos sujeitos e à percepção de si.

Se na literatura internacional o conceito ganhou relevância entre meados da década de 1960 e 1970, principalmente com Ivan Illich, na crítica à heteronomia médica, presente na obra “A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina”, no Brasil foi questionado, inicialmente, por Michel Foucault. Em uma aula apresentada em 1975, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Foucault problematizou os aspectos distintos da prática médica. Essa aula situada no texto



“Crise da medicina ou crise da antimedicina” foi um contributo para outros autores / pesquisadores apoiarem a crítica nos anos posteriores.

A noção de medicalização é por si só muito ampla e comporta diversas situações cotidianas, de modo que todos estão sujeitos à essa. Contudo, nesse “jogo de classificações”, outra noção se faz presente: a medicamentação. Facilmente confundidas e intrinsecamente trabalhadas, essas noções coexistem e se retroalimentam. Na medicamentação, as classificações postas nos moldes biomédicos, que comportam “as patologias”, são remediadas com vistas à eliminação ou ao controle do que está situado como o “centro do problema”.

A medicamentação também parte de um controle ou disciplinarização de ordem médica, contudo, faz-se o uso das vias medicamentosas como a única possibilidade capaz de tratar, e quiçá, curar as situações cotidianas (*que geram angústias ao próprio sujeito e/ou aos que convivem com ele*). A medicamentação é descrita por Bezerra *et al.* (2014) como uma questão cultural, de grandes proporções, capaz de se tornar um problema maior quando os próprios indivíduos recorrem às medicações por conta própria para que possam dar conta daquilo que acreditam ser negativo, ou ainda, daquilo que não sabem gerir. Os autores situados acima verificaram que, nos últimos anos, há uma tendência maior a medicamentar situações que podem ser comuns em certos momentos da vida humana, como o mal-estar, a falta de libido, a falta de disposição e o próprio envelhecimento.

Remontando ao passado, antes de ter ocorrido uma estruturação mais crítica em torno dessas noções, torna-se possível uma prévia do quanto tais práticas foram questionáveis e desagregadoras no que diz respeito aos corpos, às sexualidades e às subjetividades, a exemplo da obra *The Danish Girl*, de David Ebershoff. No reconhecido Bestseller, que deu origem ao filme ganhador do Oscar, Lili Elbe pontuou o que seria uma sexualidade dissidente para a sua época. A trama envolve o casamento e a tentativa de Einar de dar conta das exigências heteronormativas, todavia, aos poucos, a protagonista vai se descobrindo na relação com o seu corpo e com a sua própria sexualidade, o que a leva a diversos momentos que vão da tentativa de sucumbir a “Elbe” que já existia em si, até a passagem por especialistas, para que pudessem dar voz e existência à el(a).

Todo esse processo, por vezes angustiante, não deixa de retratar a historicidade na qual a personagem está imersa. Esta obra, assim como tantas outras, narra a medicalização e a medicamentação de corpos socialmente “estrangeiros”. Não obstante, a literatura, principalmente científica, é a marca de que por um longo tempo a sexualidade sofria classificações enviesadas e se buscava remediar ou curar aquilo que fugia às normas institucionalmente e culturalmente impostas.

Falar sobre a medicalização e a medicamentação da sexualidade na literatura



(principalmente científica) também envolve a abordagem dos grupos que estiveram mais suscetíveis a tal, entre os quais se situam os homossexuais e transexuais. Vale lembrar que o sufixo “ismo” acompanhou os termos e seus sujeitos por um bom tempo.

O homossexualismo passou a existir no Manual de Classificação Internacional das Doenças (CID) a partir da 6ª Revisão (1948), na Categoria 320 Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e na 8ª Revisão (1965) o homossexualismo saiu da categoria “Personalidade Patológica” e ficou na categoria “Desvio e Transtornos Sexuais” (código 302), sendo que a subcategoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo. A 9ª Revisão (1975) manteve o homossexualismo na mesma categoria e subcategoria, porém, já levando em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas (...). (Laurenti, 2005, p. 344).

A mudança é recente e tardia. No caso da homossexualidade, somente em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu que era necessário retirá-la do Código Internacional de Doenças (CID). Mais tardiamente, em 2018, a transexualidade ganhou o mesmo rumo. Quando há uma mudança em termos da medicalização e da medicamentação, toda a sociedade sente esse processo. Com a retirada da homossexualidade e da transexualidade do CID, o pejorativo “ismo” caiu e, as Resoluções sofreram alterações, a exemplo das Resoluções 1.482/97, 1.652/2002 e 1.955/2010, do Conselho Federal de Medicina - CFM (Da Silva., Paiva Bezerra, 2017). Nesta última, as cirurgias de transgenitalização foram explicadas sob o viés da rejeição fenotípica, que poderia gerar tendência à automutilação, já na mais recente (CFM 2.265/2019) há uma mudança de perspectivas, a denominada “incongruência de gênero” é explicada como o desenvolvimento sexual em um corpo incompatível com o gênero ao qual se identifica. Quem vive a “incongruência”, segundo o próprio Conselho Federal de Medicina (CFM), tem predisposições a sofrer com o contexto da sua condição – torna-se interessante abrir um espaço para comentar que o Conselho evidencia que são elevados os índices de morbidade dessa população, situando o uso de álcool e outras drogas, transtornos depressivos graves, transtornos de personalidade, transtornos de estresse pós-traumático e, como polo extremo, o suicídio, contudo, não entra em detalhes sobre a produção social dessas condições – e segue, então, afirmando que a Atenção Integral deveria contemplar todas as necessidades desses grupos, inclusive a garantia da atenção integral à saúde, sem qualquer tipo de discriminação.

Na Psicologia, observou-se um movimento semelhante por parte do Conselho Federal, quando em 2013 publicou a nota técnica sobre o atendimento às pessoas trans, sugerindo a despatologização, ocorrendo a sua oficialização em 2014 (Da Silva, Paiva Bezerra, 2017).

Não obstante, para que sejam efetivos tais processos precisam ser contemplados na graduação, sendo reforçados pela educação permanente ao longo da atuação profissional. Tanto a



literatura, quanto as próprias pessoas trans, veem na formação uma possibilidade de desconstruir os estigmas interpostos nos serviços (Rocon, Barros, Rodrigues, 2022). Ao realizarem entrevistas com pessoas trans, usuárias dos serviços de saúde, Sampaio e Coelho (2012) pontuaram o desejo dos entrevistados de verem os psicólogos capacitados, com fins de evitarem determinadas formas de violência como a exclusão ou tentativas de cura e desistência das cirurgias de transsexualização.

A formação acadêmica dos profissionais de saúde é capaz de minimizar barreiras de acesso a esses grupos, quando compreende que outros modos de vida, além dos aportes determinísticos de cunho biológico e binário, são possíveis. Dessa forma, um dos principais desafios consiste em romper com a hegemonia biomédica, centrada no corpo e em construções de modelos que não admitem outras possibilidades de existência.

Reconhecendo a relevância das mudanças nas práticas e na mentalidade dos profissionais de saúde, a presente pesquisa tem como questão: **como a saúde das pessoas trans tem sido trabalhada na formação médica e psicológica no Brasil?** A escolha das duas áreas se deve ao fato das discussões sobre a sexualidade transitarem historicamente pela subjetividade (mente) e pela fisiologia (corpo).

Metodologia

Com o objetivo de conhecer quais discursos são sustentados e como os cuidados às pessoas **trans** têm sido abordados nos cursos de graduação em Medicina e Psicologia no Brasil, foi realizada uma revisão integrativa. As buscas ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2022, no Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde, tendo como filtro o idioma português e o limite retrospectivo de cinco anos. A concatenação dos descritores resultou nos seguintes critérios de busca: (“Ensino” OR “Universidades”) AND Medicina OR Psicologia AND Minorias Sexuais e de Gênero; e: Medicina OR Psicologia AND Trans. Após exclusão, por não pertencerem ao tema, não estarem disponíveis integralmente ou duplicações, restaram treze publicações, que foram inseridas nos resultados (quadro 1).

A forma de análise escolhida foi a temática. Para Braun e Clarcke (2006), sendo um método qualitativo, a análise temática (AT) tem como características a flexibilidade, a facilidade e rápida aplicação, exigindo a sensibilidade do pesquisador frente à identificação, análise, interpretação e descrição dos padrões. Nessa os temas representam um padrão nas respostas, estando diretamente correlacionados à questão da pesquisa. Os temas selecionados na análise temática, não necessariamente, serão aqueles que aparecem em maior quantidade, mas os mais relevantes, explícita ou implicitamente, nas produções textuais. A análise temática (AT) não tem relação com



nenhum arcabouço epistemológico previamente estabelecido.

Cumpriram-se as seis etapas da análise temática (AT) sugeridas por Braun e Clarke (2006), entre as quais estão: I) a familiarização com os dados; II) a codificação; III) a busca pelos temas; IV) revisão dos temas; V) nomeação dos temas; VI) produção do relatório. Posteriormente, os temas foram discutidos à luz da Teoria Crítica (mas, não restritas à essa) trazendo contribuições de autores da denominada “literatura raiz”, que também fazem a tentativa de levar o tema da trans à academia e ao ensino formal, como Berenice Bento, Paul Preciado e Tatiana Lionço.

Nesse sentido, a Teoria Crítica é uma corrente oriunda do Marxismo, que analisa o funcionamento social, assim como as suas dinâmicas e, enfatiza a emancipação frente à lógica e aos arranjos capitalistas (Nobre, 2004). Já a literatura raiz é um neologismo, sem muitas referências formais, que diz respeito a uma literatura mais popular, oriunda “do campo”, “do chão”, dos movimentos sociais, da militância, das pessoas que estão ligadas aos determinados grupos, sendo uma literatura que comporta a regionalidade, a historicidade de algumas lutas entre as quais está a de promoção dessa “outra ciência”, que mantém um *corpus operandi* diferente dos textos “duros” acadêmicos, sendo mais centrada na comunicação direta com seus interlocutores. Reitera-se que mesmo com as dificuldades de se estabelecerem na academia, os autores da literatura raiz podem, em algum momento, ser transportados para esses espaços.

Resultados

Conforme consta no quadro 1 (localizado abaixo), dos treze estudos, três são dissertações ou teses, dez são artigos, cujas publicações derivaram de periódicos interdisciplinares em saúde pública e/ ou coletiva, enfermagem e psicologia (sendo esta a área de predominância).

Quadro 1: Publicações resultantes das buscas

Título	Autorxs	Periódico	Ano	Tipo de pesquisa	Conclusão
Disputas em torno da regulamentação da profissão: a psicologia em defesa das orientações sexuais e identidades de gênero	Bicalho, P. P. G.	Psicol. ciênc. prof	2022	Pesquisa analítica reflexiva.	As resoluções CFP nº 01/1999, nº 01/2018 e nº 08/2022 buscam enfrentar a violência contra a população LGBTQI+ reiterando que discursos e falas de destruição não pertencem campo de exercício profissional.
História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas	Rodrigues, L; Carneiro, N. S.; Nogueira, C.	Saúde Soc	2021	Pesquisa qualitativa, exploratória descritiva.	As áreas médicas e psicológicas são responsáveis pela manutenção da patologização das pessoas trans no imaginário coletivo, sendo necessário o paradigma centrado nos direitos humanos para a desconstrução.
Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia	Souza, H. A. et al.	Cad. psicol. soc. trab	2020	Pesquisa qualitativa, ensaio crítico.	A Psicologia, enquanto ciência e profissão devem refletir criticamente sobre as possibilidades e situações de trabalho encontradas pelas pessoas trans.



Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente	Abade, E. A. F. <i>et al.</i>	Physis	2020	Revisão sistemática	Os subgrupos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são alvos de diferentes objetos de pesquisas, permanecendo a disputa central da categorização pela ciência de cada um desses grupos.
Discursos Contemporâneos sobre as Transsexualidades: Poder, Verdade e Subjetivação	Pombo, M.	Estud. pesqui. psicol. (Impr.)	2020	Pesquisa qualitativa, descritiva	Complexas relações de saber e poder atravessam o campo das sexualidades. Recorrendo à Teoria Queer e à Psicanálise, chega-se a novas formas clínicas de ouvir o outro.
Processo transexualizador do SUS e psicologia: modos de governar populações e suas negociações	Souza, L. H. S.; Bernardes, A. G.	Arq. bras. psicol. (Rio J. 2003)	2020	Pesquisa qualitativa, descritiva	A Psicologia por algum tempo manteve o caráter patologizador, portanto, agora alguns movimentos são fundamentais para romper com essa lógica.
Conhecimentos de estudantes de psicologia sobre normas de atuação com indivíduos LGBTs	Mizael, T. M.; Gomes, A. R.; Marolla, P. P.	Psicol. ciênc. prof	2019	Pesquisa descritiva analítica	Dados os desconhecimentos e as preconceções, é imprescindível o oferecimento de disciplinas sobre gênero e sexualidade na Psicologia.
Psicologia e políticas de saúde da população trans: encruzilhadas, disputas e porosidades	Vieira, E. S. P. <i>et al.</i>	Psicol. ciênc. prof	2020	Pesquisa descritiva analítica	Atentar para as normas que atravessam a proposição e efetivação das políticas de saúde para a população trans é exercício fundamental para que possamos estabelecer práticas despatologizantes
“Viver com dignidade”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil	Sousa, D; Iriart, J.	Cad. Saúde Pública	2018	Estudo qualitativo, descritivo analítico	A despatologização das experiências trans constitui a base central para o cuidado, relacionando-o às mudanças culturais, políticas e sociais que envolvem a construção de uma sociedade não transfóbica
Health does not discuss trans bodies”: Oral History of transsexuals and transvestites.	Rigolon, M. <i>et al.</i>	Rev. Bras. Enferm	2020	Estudo qualitativo / História Oral	A História Oral pode ampliar o conhecimento, sobre histórias e trajetórias de vida nos serviços de saúde de travestis e transexuais; Espera-se que as informações possam auxiliar gestores e profissionais de saúde na tomada de decisões.
Representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia	Araújo, P. S.	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRRJ	2018	Estudo qualitativo, descritivo analítico	Entre os estudantes, "Mudança de Gênero", "Gênero" e "Identidade" pareciam ser os elementos mais fortemente relacionados à transexualidade.
Afasta de mim esse CALE-SE”: Narrativas de corporalidades travestis e trans para uma ação clínica e política em psicologia	Melo, J. B.	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP	2019	Pesquisa qualitativa, relato de caso	O modelo de psicologia, enquanto ciência, é falho para suas conjunturas e compreensões sobre as experiências de corpos diversos, revelando o desarranjo entre o poder e a violência em suas práticas
O cuidado em saúde da População LGBTQI+ no âmbito do SUS e suas especificidades: uma revisão integrativa de literatura	Ribeiro, M. M.	Repositório Institucional da UFRGS	2020	Pesquisa qualitativa, revisão integrativa	A população LGBTQI+ sofre diversas violências durante atendimentos. Destaca-se o despreparo profissional frente ao atendimento destes sujeitos e a pouca discussão das equipes de trabalho

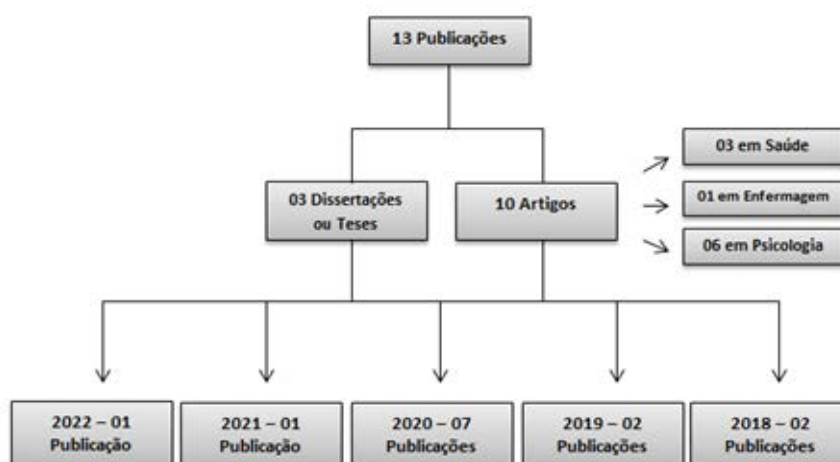
Fonte: dados da pesquisa.

Somados os artigos com as dissertações ou teses, 69% dos estudos constam em alguma Revista ou Repositório psicológico. O ano com maior número de publicações foi 2020. Todos os



autores optaram pela abordagem qualitativa e, a maioria pôde ser enquadrada como descritiva. Todos os estudos focaram no cenário nacional.

Figura 1: Detalhamento dos estudos encontrados na revisão



Fonte: dados da pesquisa.

Após a codificação dos dados elencados na revisão, foram selecionados **cinco** temas, situados com maior frequência pelos autores (figura 02).

Figura 2: Temas emergentes na análise dos dados.



Fonte: dados da pesquisa

Processo histórico

Os corpos trazem em si todas as marcas deixadas ao longo do tempo e, para compreender os processos pelos quais passaram, não há como ficar inerte à historicidade. As produções situaram duas histórias, que em algum momento se encontram na não linearidade da questão. A primeira diz respeito à patologização da sexualidade, segundo a Classificação Internacional das Doenças (CID), a segunda diz respeito à construção ética que se conformou no campo da Psicologia, problematizada à luz do Conselho que regulamenta o exercício da profissão no Brasil (CFP).



Em um dos artigos encontrados, o início do século XX surge como marco dos discursos médicos, psicológicos e científicos, sobre identidade de gênero e orientação sexual (Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2021). Em meados desse mesmo século, a cirurgia de redesignação foi mediatizada, o termo “transexual” foi popularizado. David Cauldwell rotulou a transexualidade como psicopatia e, nos Estados Unidos, criou-se um protocolo destinado à avaliação dos “verdadeiros” transexuais, aos quais deveria ser oferecida a hormonioterapia e os procedimentos cirúrgicos, restando a psicoterapia com fins de tratamento da disforia de gênero, para os demais (Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2021). Vê-se, então, que a Psicologia, assim como outras áreas da saúde já estavam imersas nas informações disseminadas pela Medicina, fato que influenciou na práxis.

Em outro artigo oriundo da pesquisa, Souza e Bernardes (2020) chamaram a atenção para a influência que os Manuais médicos, principalmente o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID) possuem no âmbito da saúde mundial, considerados como críveis e legais em quase 70% das organizações.

Na 3ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), datada de 1980, a transexualidade recebeu a categorização de “disforia de gênero”, em 1990, na 2ª edição do Código Internacional de Doenças foi definida como “perturbação da identidade sexual”, o termo “perturbação da identidade de gênero” foi utilizado para substituir a “disforia de gênero” no DSM-IV, permanecendo assim até o lançamento do DSM-V, quando foi retomada a “disforia de gênero”. No Código Internacional de Doenças, houve a retirada por parte da Organização Mundial da Saúde da categorização “perturbação da identidade sexual” de um dos capítulos sobre patologias, mas a “incongruência de gênero” se manteve no CID-11 na parte de “outras condições associadas à saúde sexual” (Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2021).

Os posicionamentos que a Psicologia têm hoje, em defesa da despatologização vêm de um reconhecimento do quanto a mesma e a Psicanálise tiveram as suas responsabilidades na patologização. De Freud a Lacan, verificou-se que os transexuais passaram por rotulações psicóticas, neuróticas e perversas (Souza; Bernardes, 2020); Lacan estabeleceu associações entre os casos apontados por Stoller, em 1968, com quadros psicóticos (Pombo, 2020). A obra de Stoller, lançada em 1965, foi a primeira a trabalhar os transexuais na égide psicanalista, mas diferente de Lacan, a identidade de gênero, nesse sentido, não se enquadrava nas psicoses e sim nas desordens sexuais. Como seguidor de Lacan, o psicanalista Frignet reforçou a ideia da “foraclusão” do “Nome-do-Pai”, estabelecendo as seguintes visões (Pombo, 2020): I. O aumento de transexuais é consequência da recusa da diferença sexual, e a divisão binária sexual seria essencial para a



subjetivação; II. O distanciamento paterno nas constituições familiares, ou o declínio da imagem do pai, favoreceria essa recusa; III. O transexual deliraria em torno do pertencimento ao sexo oposto; IV. Agregar-se-ia, ainda, o transexualista, que como perverso, saberia a que sexo pertence, mas teria falhas na relação com o falo, querendo ser associado ao sexo oposto.

Como ruptura às visões mais “ortodoxas” da Psicanálise, Pombo (2020) situou autores – também psicanalistas – que defendem a não existência de sexualidades fixas ou, de formas fechadas de vivenciá-la, levando em consideração o reconhecimento de que os autores mais antigos estavam centrados na cisnormatividade, mas pensar fora dessa também é uma realidade tangível. Outro acréscimo da autora diz respeito à Psicanálise definida por Ayouch como “Psicanálise da pós-transexualidade”, sendo esta uma forma de sustentação da “psicanálise despsiquiatrizada”, que entende a circunscrição do sujeito e das prescrições de gênero em um sistema que envolve a política, a sociedade e a historicidade.

Compartilhando visões semelhantes a essa, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabeleceu ao longo de algumas décadas, novas orientações sobre como o profissional deveria conduzir o trabalho com as pessoas trans (contemplando no bojo, as demais “letras” da sigla LGBTQIAP+)³. Tal processo teve um fortalecimento, a partir da Resolução 01/1999, que estabeleceu normas de atuação para os psicólogos, em relação à orientação sexual. Essa foi a Resolução mais atacada da história do Conselho Federal de Psicologia e, veio das denúncias por parte do Grupo Gay da Bahia, referentes às promessas de alguns psicólogos sobre a reversão dos homossexuais em heterossexuais (Bicalho, 2022).

Dez anos depois, instâncias jurídicas, como o Ministério Público Federal solicitavam a anulação da Resolução, por acreditarem que tal se sobrepunha ao livre exercício profissional. Entre idas e vindas aos tribunais, por **dois** anos (2017 e 2019) foi permitida a reversão dos “egodistônicos”, que desejassem passar por tais mudanças e, quando essa permissão foi anulada, o grupo de “Psicólogos Cristãos” impetrou novamente solicitações neste sentido (Bicalho, 2022). No decorrer desses anos, o Código de Ética Profissional já fazia constar a proibição da indução de convicções morais, ideológicas, religiosas, políticas e filosóficas no exercício profissional, assim como vedou qualquer tipo de preconceito ou discriminação junto ao indivíduo ou grupos atendidos.

De acordo com Bicalho (2022), o Conselho também estabeleceu diretrizes éticas na atuação dos psicólogos junto às pessoas travestis e transexuais, coibindo qualquer mecanismo que patologize ou discrimine tais sujeitos, destarte, as terapias para reorientação sexual foram dadas como ineficientes, sendo inclusive situadas como “práticas de tortura”, o que viola gravemente

3 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual.



os Direitos Humanos. Foi por meio desses mecanismos que a Psicologia viu a possibilidade de abrir o diálogo com os mais de 400 mil psicólogos cadastrados, a fim de preconizar com o apoio das Resoluções e do Código de Ética, a busca por equidade e o combate à transfobia. A última Resolução do Conselho Federal de Psicologia neste sentido (08/2022) estabeleceu regras de atuação para a categoria, junto às pessoas não-monossexuais, orientando mais uma vez que os profissionais levem em consideração a autodeterminação de cada sujeito em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero, incluindo nessa relação os marcadores sociais, que envolvem raça, etnia, deficiências, classe social e território, pontos estes relevantes para a construção de outras políticas, o que inclui as Políticas de Saúde, que serão debatidas a seguir.

Contextos no Sistema Único de Saúde (SUS)

A oferta do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde ocorreu de modo mais tardio se comparada aos Estados Unidos ou alguns países da Europa. Em meio às exigências dos grupos, que lutavam pelos direitos das pessoas trans e de toda a comunidade LGBTQIA+, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 instituiu de forma gratuita, o acesso ao tratamento hormonal e ao procedimento cirúrgico no “transexualismo”. Obviamente, o termo utilizado na Portaria foi problemático, porque remontou à patologização das pessoas que buscavam tais procedimentos.

Passados três anos, por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 estruturou-se a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde LGBT), que enfatizou as necessidades do acolhimento e da garantia da assistência integral universal e igualitária, rompendo com as barreiras e com a discriminação, que se enquadram como produtoras de sofrimento para esse público (Souza, Bernardes, 2020).

Como porta de entrada nos serviços de saúde, a Atenção Básica deve prestar o acolhimento inicial, de forma humanizada, para que esse usuário seja encaminhado à atenção especializada, na qual será atendido por uma equipe interdisciplinar nos ambulatorios e/ ou Hospitais. Essa organização do cuidado foi fixada por meio da Portaria GM/MS nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.

De acordo com Vieira *et al.* (2020), para além da Política e das Resoluções, a 15ª Conferência Nacional de Saúde debateu as necessidades de acesso por parte desses grupos, não obstante, em 2006, o movimento LGBT já havia sido incluído na representação da sociedade civil, no Conselho Nacional de Saúde; no mesmo ano, possibilitou-se o uso do nome social nos serviços e, em 2012, os Cartões do Sistema Único de Saúde (SUS) passaram a serem impressos somente



com esse nome.

Ainda que tenham ocorrido mudanças, nem sempre o acesso ao sistema de saúde no Brasil ocorre de forma tranquila e respeitosa para as pessoas trans; fato que é visto desde 1980, quando houve uma massificação do fluxo de pessoas trans em busca de informações e cuidados, diante da vulnerabilidade para o contágio por HIV/ Aids (Vieira *et al.*, 2020). O modelo cisnormativo contribuiu muito com o hiato que se formou na atenção à saúde desses sujeitos e desses corpos, que por vezes se tornam abjetos ou questionam os conhecimentos daqueles que acreditam detê-lo por completo; como resultantes desses processos se tem outro tema, que será debatido na sequência: a transfobia.

Transfobia e estigma

Como tema mais frequente, a transfobia apareceu de forma implícita e explícita nos textos e foi relatada tanto nas publicações que diziam respeito ao cuidado em saúde, como também nos que abordaram o ensino universitário. Ao entrevistar dez homens trans, residentes em Salvador – BA, Sousa e Iriart (2018) chamaram a atenção para o consenso de todos os entrevistados sobre a vivência da transfobia nos serviços. Um dos entrevistados lembrou que ao passar pela dermatologista, foi prescrita uma medicação que não poderia ser utilizada por quem planejasse engravidar durante o tratamento e, quando o usuário questionou a médica sobre o fato de ter essa possibilidade por estar fazendo hormonioterapia e possuir útero, a médica não soube dar sequência ao atendimento.

Rigolon *et al.* (2020) se referiram aos entraves à garantia da assistência, que podem ir além da discriminação e envolver processos mais sutis, como a criação de ambientes desconfortáveis, deficientes ou, ainda podem aparecer sob a forma de insultos verbais. Os autores, ao proporem a análise dos trajetos das pessoas trans, no Sistema Único de Saúde (SUS), destacaram situações graves, como: as recusas dos ginecologistas no atendimento aos homens trans, as brincadeiras por parte do clínico, a solicitação de exames para Infecções Sexualmente Transmissíveis quando a queixa central da usuária era por sintomas gripais, a negativa da equipe referente ao pedido de que seja utilizado o nome social, o que fez com que dois entrevistados dissessem que preferem procurar os atendimentos somente em último caso, quando a situação de saúde já não puder ser revertida. Vieira *et al.* (2020) também afirmaram que a transfobia gera entraves à prevenção, recuperação e promoção da saúde.



Pesquisas referentes ao tema

A análise das produções científicas inerentes a esse grupo é tardia, tendo cerca de duas décadas e, as pesquisas tenderam ao conhecimento de áreas que refletem a saúde e os comportamentos sexuais; inclusive, os estudos mais sistematizados são sobre HIV / Aids. Em uma revisão sistemática, que extraiu dados da literatura latinoamericana em saúde da população LGBTI até o ano de 2018, Abade *et al.* (2020) verificaram que as principais publicações da última década, são provenientes de pesquisadores acadêmicos, todavia, nem todos estão inseridos em grupos de pesquisa referentes ao tema, sendo que apenas onze grupos brasileiros foram mencionados. Tais grupos têm focado na violência, perspectivas em gênero e sexualidade e, em análises específicas nos campos da saúde coletiva, psiquiatria, psicologia e enfermagem e, os periódicos que mais absorvem as submissões são de saúde coletiva e psicologia, assim como exposto inicialmente no presente artigo. Quando os artigos passavam pela saúde coletiva, discussões foram percebidas como mais amplas sobre políticas e programas de saúde, na Psicologia, a ênfase foi em saúde mental, enquanto que na medicina e na enfermagem foi a saúde sexual (Abade *et al.*, 2020). Cogita-se que quanto mais biomédica é a área, maiores são os enfoques situados no corpo e nas heteronormatividades e, à medida que outros conhecimentos de outras ciências (sociais, humanas) são postas em atravessamentos, ocorre uma maior abertura para a desconstrução desses modelos.

Despreparo acadêmico

Por fim, chega-se ao tema emergente, que mobilizou a construção desta pesquisa. Apesar da grande lacuna concernente às pesquisas na área, 90% dos trabalhos abordaram essa questão, ainda que não tenham aprofundado-a.

Nas Universidades, as normas de atuação dos psicólogos são, geralmente, trabalhadas com os alunos desde o início do curso. Todavia, as notas técnicas e Resoluções que orientam a prática em situações que envolvem diversidade sexual e de gênero, não são o suficiente para a desconstrução e a capacitação dos futuros profissionais já que alguns dizem desconhecer as orientações abordadas, além dos próprios alunos virem demonstrando atitudes preconceituosas e patologizantes (Mizael, Gomes, Marola, 2019). Citando a pesquisa de Stern (2006), que foi realizada com 242 discentes dos cursos de saúde, Mizael, Gomes e Marola (2019) chamaram a atenção para os resultados, nos quais mais de 30% acreditavam que era possível reverter um indivíduo homossexual em heterossexual e, 20% afirmaram que os homossexuais tinham mais chances de contrair Aids. Nesse sentido de conhecer as percepções de universitários sobre o tema, foi proposto um estudo com 82 participantes de todo o Brasil. Quando questionados sobre



o que entendiam por travestilidade, treze tiveram a noção de que se trata de conduta condizente com gênero diferente do sexo biológico de uma identificação, sete com o gênero oposto ao sexo biológico do nascimento, identificação com gênero oposto ao sexo biológico (N = 7), identificação com gênero oposto ao sexo biológico, porém sem mudança do sexo (N = 6), conduta condizente com sexo diferente do biológico (N = 6), usar roupas do sexo oposto (N = 13), usar roupas do gênero oposto (N = 3), identidade de gênero (N = 5), identificação com ambos os gêneros (N = 2), sinônimo de transexualidade (N = 6), e “não sei a diferença entre os dois” (N = 4).

Quando contestados se haveria uma causa específica para a transexualidade, 46 disseram “não”, 26 não tinham uma opinião formada, dois disseram que poderia ser relacionada aos hormônios, má formação gestacional ou questões hereditárias, os demais atribuíram a outras causas. Nas questões sobre formação e prática profissional, metade disse não ter cursado disciplinas de gênero e sexualidade na graduação e a outra metade viu as disciplinas inter-relacionadas com outros temas, tendo sido unânime a resposta sobre o desejo de terem tais disciplinas inseridas nos currículos dos cursos, porque para os alunos, as exigências em torno do gênero e da sexualidade podem produzir ou agravar o sofrimento dos indivíduos (Mizael Gomes, Marola, 2019). Alguns resultados aqui expostos coadunam com os apresentados por Araújo (2018), em sua pesquisa sobre as representações sociais de alunos de Psicologia, referentes às pessoas transexuais; participaram dessa pesquisa 118 estudantes de uma Universidade Federal do Rio de Janeiro, os mesmos eram ingressantes ou estavam perto de concluir o curso. Os ingressantes, ao serem perguntados se o curso de Psicologia prepararia bem os alunos para atuarem com questões de gênero e sexualidade, 50% achavam que não ou que a formação era insuficiente / superficial nesse aspecto.

Já entre os alunos dos últimos períodos, esse total subiu para 86%. Avaliou-se que metade dos alunos chega à universidade acreditando que a formação recebida não será suficiente para trabalhar com questões de gênero e sexualidade, e quando saem, ao menos 80% sentem que as ações oferecidas não os capacitaram para tal. Cabe dizer que as ações mais comuns, trazidas pelos participantes, foram palestras, rodas de conversa e debates, o que demonstra que quando o tema chega até eles é de forma opcional e fora dos currículos obrigatórios (Araújo, 2018).

Sobre o ensino, outras áreas da saúde são questionadas a respeito, apesar de nenhuma publicação ter trazido narrativas ou entrevistas com os seus alunos, assim como ocorreu com a Psicologia, mas há o reconhecimento de que se na Psicologia a entrada de temáticas sobre gênero e sexualidade é limitada, em alguns cursos, o tema sequer tem espaço. O desconhecimento e a violação dos direitos das pessoas trans surge em meio ao vazio do debate e discussão do tema na formação em saúde (Rigolon *et al.*, 2020).



Um fato que choca e se torna mais um complicador neste sentido é que as próprias áreas que deveriam valorizar o trabalho com a diversidade humana acabam por mostrar que o despreparo é generalizado. Na pesquisa de Mizael, Gomes e Marola (2019), vinte e dois alunos disseram terem ouvido declarações ou piadas homofóbicas e/ou transfóbicas em salas de aula, partindo dos seus professores, portanto, não há garantia de que uma categoria com maior proximidade e acesso ao assunto seja menos preconceituosa e os comentários dos professores de psicologia citados por esses alunos são a prova disso.

É mister que para o acolhimento e a humanização dos sujeitos ocorrerem, os profissionais devem ter práticas orientadas e embasadas por conhecimentos, que vem desde a Universidade. As próprias pessoas trans enxergam o despreparo como barreira para a integralidade e o cuidado.

Nas palavras de uma participante da pesquisa de Rigolon *et al.* (2018, p.5):

A saúde não discute diversidade de gênero e sexualidade. A saúde não treina os seus profissionais e não humaniza os seus profissionais para lidar com as diferenças, que nem é diferença, que eu detesto esta palavra. Não é nada de diferente! São multiplicidades! São múltiplas! São outras formas. São outras configurações anatômicas e fisiológicas, que é diferente.

Discussão

Ceccarelli (2010) compreende como patologização da normalidade, as formas discursivas, que contemplam regras de conduta para categorizar, parametrizar ou punir determinados indivíduos e, uma das áreas em que essa ordem vem se expressando com maior contundência é a sexualidade. A priori se conclui que a ciência não foi / é neutra ao abordar a sexualidade. Essa é um retrato do seu tempo e incorpora os determinismos morais, que a sociedade vivencia. Nesse sentido, os movimentos contraproducentes são essenciais para desconstruir discursos que estão dados e legitimados e, que na presente discussão poderiam envolver as dissidências dos corpos... e das subjetividades!

Bento (2014) diz que a desconstrução da patologização da experiência transexual deve começar pela linguagem, porque não basta garantir que o sujeito passe pelo processo de construção de signos sociais capazes de fazê-lo sentir que aquele é o corpo ao qual pertence o seu gênero de identificação, se não houver um deslocamento do seu sexo biológico e, por vezes, as experiências dentro das instituições que deveriam garantir a existência das multiplicidades, acabam por sufocá-las, a exemplo dos serviços de saúde (Sousa e Iriart, 2018; Rigolon *et al.*, 2020). Essa situação é explicada pela cristalização e naturalização que os próprios saberes médicos fazem em torno dos corpos e da tendência à busca de padrões heteronormativos. Bento (2014) afirma que esses saberes



tendem à generalização das experiências transexuais, construindo a representação dos gêneros pelo dismorfismo e determinando especificidades características da pessoa transexual, quando na verdade há uma multiplicidade envolvida. A própria construção dos gêneros já seria uma forma de universalizar os corpos através desses dispositivos linguísticos, que instituem aos próprios sujeitos possibilidades limitadas de ser, não obstante os sujeitos transexuais reproduzem ideias do que é ser homem e mulher, como também as ampliam (Bento, 2014).

Nesse ponto, abrem-se parênteses para reforçar que dar possibilidades para a autodeterminação envolve algo ainda mais profundo, que se reflete em um debate extremamente atual, porque se tem concluído que não existe apenas uma forma de vivenciar a sexualidade. Deleuze fugia das noções de identidade e essência e problematizava que na própria homossexualidade existia a noção geral e molecular. Dessa forma, a própria comunidade homossexual não seria uníssona nem a enunciação de um grupo ou indivíduo expressaria uma verdade absoluta até porque nem sempre aquilo que é um elemento definidor para um é para outro, logo, as suas problematizações devem ser incluídas na construção de políticas para tais grupos visto que a preocupação ainda tem sido sobre quem pode e deve falar, quando deveria ser sobre a construção de possibilidades para que todos e cada um fale (Preciado, 2014).

Todos os temas emergentes na análise convergem, segundo explicações Biopolíticas, conceito este cunhado e analisado por Michel Foucault, que tem em seu cerne a administração da vida e do corpo da população, não mais como a predecessora noção da disciplina baseada nos corpos individuais, que ocorria por meio das instituições e sim, pelo gerenciamento de políticas que dessem conta da vida coletiva (Foucault, 1984:1999). A Biopolítica se fez valer do Biopoder, como aponta Duarte (2008, p. 6):

A descoberta não apenas da biopolítica, mas também do paradoxal *modus operandi* do biopoder, o qual, para produzir e incentivar de maneira calculada e administrada a vida de uma dada população, tem de impor o genocídio aos corpos populacionais considerados exógenos.

Cada vez mais os assuntos inerentes à vida se politizaram e no séc XX se buscou a correção das “sexualidade que não obedeciam às regras socialmente desejáveis” de forma a “monstrificá-los” usando para tal os aparatos e dispositivos científicos (Siera, 2013). Nesse momento, em decorrência da suposta “doença”, os corpos homossexuais e transexuais entraram nas Universidades, não para usufruírem da liberdade de ir e vir, mas, para serem objetos de estudo, principalmente, da Medicina e das categorias Psi.

Nesse momento, configurou-se toda a nosologia aberracionista, situada no núcleo *processo histórico* (Ceccarelli, 2010; Pombo, 2020; Rodrigues, Carneiro, Nogueira, 2021; Souza; Bernardes,



2020; Souza *et al.*, 2020), cuja desconstrução por mais que tenha iniciado, ainda não ocorreu por inteiro. Sierra (2013) argumenta que hoje, a mídia reforça os saberes médico-científicos e, a normalização ocorre de formas sutis, muitas vezes nas entrelinhas de determinadas campanhas, como é o caso das que defendem a prevenção da Aids pelo uso da camisinha e, para falar a respeito, fazem um apelo à sexualidade.

No âmbito técnico-científico (e Biopolítico), para prevenir é preciso conhecer as práticas sexuais e os sujeitos que estão diretamente correlacionados às doenças e, em um discurso sobre tais, algumas vezes são criados mecanismos de controle para a vivência da sexualidade (Sierra, 2013). Com as vivências mais libertárias da sexualidade, os próprios discursos e propagandas que antes eram direcionados aos públicos heterossexuais, passaram a incluir homossexuais e transexuais, todavia, nem tudo tem caráter inclusivo. De acordo com o autor, isso ocorre porque “os envolvidos nestas práticas são, de uma maneira ou outra, indispensáveis ao projeto biopolítico de controle de nossas sexualidades” (Sierra, 2013, p. 127).

Somente pela explicação da Biopolítica (e da defesa que exerce em relação ao binarismo heteronormativo) cria-se uma base fundamental para a compreensão dos processos acadêmicos em termos de formação Médica e Psi para o acolhimento e a defesa dos sujeitos trans. Para tal, deve-se relembrar também que os cursos de Medicina no Brasil têm um histórico correlacionado às elites brancas que deram o aval para os seus funcionamentos e, a criação dos cursos universitários acompanhou as demandas do mercado, o que pressupõe dizer que mesmo nas universidades públicas, os currículos eram pensados em prol da difusão dos ideais burgueses e da profissionalização (Coelho, Vasconcelos, 2009). Esse modelo por si só propiciou que a Biopolítica e o Biopoder se reproduzissem nos ambientes acadêmicos e para além do colonialismo, o Brasil teve outros contextos históricos que reforçaram a manutenção dos discursos mais restritivos, à luz de determinadas classes, como ocorreu durante a Ditadura Militar.

A ausência de publicações que falem sobre a formação para o atendimento às pessoas trans na Medicina reflete ainda esse movimento de formação técnica para o mercado, do elitismo acadêmico e de negação do social em contraposição ao biológico. Segundo Menezes (2020), a medicina precisaria passar por reestruturações formativas, para além dos aspectos biológicos, o que consolidaria o acompanhamento da efetivação dos direitos, a partir das políticas públicas. Por não terem disciplinas direcionadas à assistência da população LGBTQIAP+, estão mais suscetíveis aos atendimentos atravessados por questões de ordem ideológica e, se não estiveram “despidos” das suas crenças e valores morais durante os atendimentos, o surgimento de embates é capaz de originar ações de cunho discriminatório.



A negação e o desconhecimento fazem com que os profissionais tenham que utilizar recursos compatíveis com o que viram em suas formações, com o apelo à medicação e, já que não se pode medicar mais o dito transexual (ismo), alguns transtornos são associados automaticamente a essa realidade (e esses sim podem ser remediados). Essas intervenções, ancoradas no que é comum e conhecido pela categoria, aparecem principalmente nas cirurgias e hormonioterapias, havendo uma tendência aos processos que implicam em alguma forma de violência, quando determinadas exigências saem das suas zonas de conforto e do “saber-poder.

Como dito por Arendt (2009), a violência é instrumental e se instala no local no qual o poder está sendo perdido. Como expressão dessa violência, a transfobia causa cicatrizes profundas, que interferem em sua subjetivação e nos elementos mais simples, postos no dia a dia. A raiz comum entre a homofobia e a transfobia são os processos violentos imbricados nas questões de gênero, contudo, a transfobia abarca as especificidades das violências que as pessoas trans sofrem, agregando diferentes naturezas e tipificações, que são impetradas ao indivíduo e à forma como ele se relaciona com o seu corpo (Podestá, 2019).

Nos temas emergentes, a violência (transfóbica) é denunciada pela desqualificação, por piadas nas próprias salas de aula (Mizael, Gomes, Marola, 2019) e, também, pelo silenciamento que explicita a negligência. Se Duarte (2008) chamou a atenção para as mortes como parte da Biopolítica, a não abordagem do tema nas Universidades já constitui um dúvida e duplo processo do “deixar morrer”, que se afeta: o apagamento desses sujeitos (que é uma morte simbólica) constitui riscos para a sua morte real, ao passo que no próprio positivismo, um “corpo estranho” se tornaria passível de ser combatido.

A revisão demonstrou que as tentativas de desconstruções são processos lentos, que vêm a partir da compreensão dos contextos sociais (para além dos organicistas) e, diversos desafios são evidenciados, quando se fala do ensino-pesquisa-extensão, que orientam a atuação em saúde. Reconhecidamente, a indissociabilidade pautada nesse pilar veio em um momento de redemocratização e sua inclusão no artigo 207 da Constituição Federal objetivou a qualificação de profissionais críticos atentos às necessidades da sociedade, todavia, ainda há uma baixa incidência de práticas neste sentido (Maciel, Mazzilli, 2009), o que somado a toda a discussão anterior, justifica a não transposição dos grupos de pesquisa citados por Abade *et al.* (2020) para as salas de aula.

As pesquisas realizadas com alunos de Psicologia (Mizael, Gomes, Marola, 2019; Araujo, 2018; Rigolon, 2020) demonstraram que muitos discentes chegam às salas de aula com representações sociais da transexualidade, entre os quais, alguns carregam noções equivocadas



com ideias baseadas nas perspectivas de “desvios” ou até mesmo “hereditárias / genéticas”, entretando, há a expectativa de debates durante as aulas. Contrariando as expectativas dos alunos, os silenciamentos sobre essas temáticas reforçam os estereótipos, as representações sociais, minimizam o compromisso da Psicologia e de outras áreas com os Direitos Humanos e colocam um profissional “crú” no mercado, que construirá “zonas de embate internas”, quando tiver que trabalhar com a diversidade.

A Psicologia, assim como a Medicina, tem feito mudanças normativas, todavia, Lionço (2019) assinala que essas não necessariamente implicam em mudanças efetivas na prática. Lionço (2019, p. 44) reforça que:

Temos uma ausência inquietante de discussão de gênero na Psicologia. quando nos lançamos ao debate, temos de recorrer às Ciências Sociais, à Filosofia, à História. No geral, as questões de gênero não integram a maior parte dos currículos de formação de base em Psicologia. Dependemos sempre de um personalismo, de figuras que possam trazer alguma reflexão sobre gênero na Psicologia a partir de um olhar não normalizador (Lionço, 2019, p. 44).

Esta autora relembrou que o interdito tem muita relação com a aliança estabelecida entre a Psicologia e a Medicina Psiquiátrica. Para esta última, a abertura para a aceitação de vivências não heteronormativas se torna ainda mais difícil, porque reversões sexuais também alimentam um mercado de instrumentos, terapêuticas, procedimentos e farmacológicos.

Nas livrarias ou bibliotecas, o discurso contra-hegemônico também é de difícil acesso porque as áreas produziram por séculos literaturas normatizadoras, que são encontradas até hoje. Então, a esperança está nos espaços informais (de formação), que se constituem nos coletivos e nos movimentos sociais, nas rodas de conversas universitárias, na circulação da literatura raiz através da ciência aberta, nos profissionais que assumem seus espaços como seguros, a exemplo dos *psi safes*, que vêm sendo procurados na França por não comportarem riscos aos analisandos, já que permitem deslocamentos que fortalecem a escuta e a não marginalização dos sujeitos (Santos, Polverel, 2016).

Dessa forma, nos profissionais que re(existem) como sujeitos trans nesses espaços nomeadamente compostos por homens, cisnormativos, brancos. São estes os grupos que fazem entender que a hierarquia dos modelos epistemológicos binários têm enfrentado crises desde 1940, seja pelo surgimento de processos biológicos aquém do sexo ou pela ampliação dos movimentos dissidentes, das minorias, o que conduzirá à necessidade de novas análises e intervenções frente às filiações, relações amorosas, sexualidades e nomeações (Preciado, 2020).



Considerações finais

Foucault deixou importantes reflexões acerca do discurso. O discurso é fundador, o discurso nomeia e exerce funções de controle e legitimação das normas a serem seguidas por uma sociedade. Não é por acaso que quem se apodera desse, consegue estabelecer, de forma assimétrica, o poder sobre outros. Destarte, tudo o que foi contemplado no presente estudo passa pelo discurso.

Como “ pano de fundo” dos temas emergentes na análise se tem o discurso centrado no biologiscismo, na cisnormatividade e no binarismo, que comporta a dualidade dos sexos, sendo que essa própria conformação comportou, por muitos anos, o modelo patriarcal e misógino.

No Brasil, esse discurso predominou entre as elites e trouxe muito do processo histórico do colonialismo e, mais tarde, da Ditadura, como forma de manutenção da Biopolítica e do Biopoder. Obviamente, o reflexo de tudo isso é sentido ainda hoje nas Universidades, principalmente, quando se compreende que as mesmas situam uma amostra (na maioria das vezes nada imparcial) do que acontece fora dos seus muros. Não obstante, os cursos com menos espaço para as discussões acerca dos processos sociais e, maior ênfase nos modelos biomédicos são aqueles que possuem menos espaço para falar sobre os outros modos de vida e dar abertura às discussões sobre a diversidade, a exemplo da Medicina. Isso faz com que as poucas discussões continuem legitimando a busca por “diferenças” que possam trazer alguma problemática nas vivências trans, a exemplo das pesquisas sobre os comportamentos sexuais de risco, que podem ser superexplorados nesses grupos.

As análises demonstraram então um movimento cíclico nos temas emergentes, porque os discursos não são livres do “processo histórico” e, carregados de saberes-poderes acerca da patologização e “despatologização” (se é que o “des” se “prefixou” por inteiro nas mentalidades sociais), assim como pelos ideais normatizadores, os sujeitos buscam um Sistema Único de Saúde (SUS) que é apresentado como “universal”, “equânime” e “integralizante” e acabam por sofrer com estigma e transfobias, em que deveriam ser acolhidos. A medicalização, a medicamentação, a transfobia, a negligência e outras formas de violência denunciam uma falta de preparo que vem desde a graduação (para não dizer, desde o processo de formação escolar do sujeito). E esse movimento perdura, porque não basta que os Conselhos Profissionais lancem normativas acerca das atuações profissionais se tais temas não entram nas salas de aula, ou ainda, se as poucas pesquisas relativas a tais permanecem restritas aos grupos destinados às mesmas, distantes do trinômio que indissocia a pesquisa, o ensino e a extensão.

Por fim, ainda que a situação pareça não ter respostas, a desconstrução já vem ocorrendo há algum tempo e há quem diga que a Revolução é silenciosa. É reconhecido que essa virá e, espera-se que essa venha dos movimentos contra-hegemônicos científicos, sociais e culturais, formados



pelas próprias minorias e pelos seus discursos.

Referências

ABADE, E. A. F.; CHAVES, S. C. L.; SILVA, G. C. de O.. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 4, p. e300418, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300418>

ARAUJO, P. da S. de. *Representações Sociais da Pessoa Transexual Entre Estudantes de Psicologia*. 2018. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica, 2018.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Trad. André de Macedo Duarte. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

BENTO, B. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Garamond, 2006.

BEZERRA, I. C. *et al.* “Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá”: processo de medicalização e (des) caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Interface Botucatu, v. 18, n. 48, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0650>

BICALHO, P. P. G. de. Disputas em torno da Regulamentação da Profissão: A Psicologia em Defesa das Orientações Sexuais e Identidades de Gênero. *Psicol. cienc. prof.*, v. 42, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264832>

BRAUN, V.; CLARKE, V.. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. doi 10.1191/1478088706qp063oa

CARVALHO, S. R. *et al.* Medicalização: uma crítica (im)pertinente? Introdução. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400011>

CECCARELLI, P. R.. A patologização da normalidade. *Estudos de Psicanálise*, v. 33, p. 125-136, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 31 maio 2023.

COELHO, S. S. VASCONCELOS, M. C. C.. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América latina. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL, 2009. Florianópolis. *Anais...*, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37012>. Acesso em: 31 Maio. 2023.

DA SILVA, F. A.; MELLO, I. S. P. B. Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v. 11, n. 1, p. 81-95. <https://doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1924>



DUARTE, A. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, p. 1-16, 2008. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf. Acesso em: 31 Maio. 2023.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*, vol. I A Vontade de Saber. 13 ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 3a ed. São Paulo: Vozes, 1984.

LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. *Rev. Saúde Pública*, v. 18, n. 5, 1984. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101984000500002>

LIONÇO, T. Psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans. In: DE SOUSA, E. T.; AMARAL, M. S.; SANTOS, D. K. (Orgs). *Psicologia, travestilidades e transexualidades*: compromissos éticopolíticos da despatologização. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

MAZZILLI, S.; MACIEL, A. da S. *A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*: caminhos de um princípio constitucional. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., Caxambú, MG: Anped, 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 31 Maio de 2023.

MELO, J. de B.. “*Afasta de mim esse CALE-SE*”: Narrativas de corporalidades travestis e trans para uma ação clínica e política em psicologia. 2019. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-26112019-111052/en.php>. Acesso em: 30 Maio de 2023.

MIZAE, T. M.; GOMES, A. R.; MAROLA, P. P. Conhecimentos de Estudantes de Psicologia sobre Normas de Atuação com Indivíduos LGBTs. *Psicol. cienc. prof.*, v. 39, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003182761>

NOBRE, M. de. *A Teoria Crítica*. São Paulo: Zahar, 2004.

PODESTÁ, L. L. de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. DOI: 10.9771/peri.v1i11.27873. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 3 mar. 2025.

POMBO, M. Discursos Contemporâneos sobre as Transexualidades: Poder, Verdade e Subjetivação. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 770-789, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000300005&lng=pt&nrm=iso. acesso em 03 mar. 2025. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.54348>.

PRECIADO, P. B.. *Manifesto Contrassexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B.. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução: Sara Wagner York. Revisão da Tradução: Carolina Torres. *Revista Palavra Solta*. 2020. Disponível em:



<https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala> acesso em 10 nov. de 2022.

ROCON, P. C.; BARROS, M. E. B. de; RODRIGUES, A.. A formação dos (as) trabalhadores (as) da saúde na construção de um acesso à saúde integral, equânime e universal à população trans. *Pro-Posições*, v. 33, 2013. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0083>

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C.. História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. *Saúde Soc.*, v. 30, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200768>

RIGOLON, M. *et al.* “Health does not discuss trans bodies”: Oral History of transsexuals and transvestites. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 2020;73(Suppl 6):e20190228.doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0228>

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. Á. D.. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 16, n. 42, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012000300005>

SANTOS, B.; POLVEREL, E.. Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, v. 1, p. 3. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/> Acesso em 01. jun. de 2023.

SIERRA, J. C.. *Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: O governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT*. 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29975>. Acesso em 01. Jun 2023.

SILVA, D. S.; IRIART, J. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, e00036318, Fev. 2018. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/560/viver-dignamente-necessidades-e-demandas-de-saude-de-homens-trans-em-salvador-bahia-brasil>. acessos em 03 mar. de 2025. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00036318>.

SOUZA, H. A. de *et al.* Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 175-188, dez. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000200005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 03 mar. 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p175-188>.

SOUZA, L. H. da S.; BERNARDES, A. G. Processo transexualizador do SUS e psicologia: modos de governar populações e suas negociações. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1, p. 105-124, abr. 2020.



Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 mar. 2025. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i2p.105-124>.

VIEIRA, E. da S. *et al.* Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2019, v. 39 (n.spe 3), e228504, 161-173.. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504>

